

Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Carlos José das Neves Martins		
Vogal (1) Vogal (2)	Carlos Magno Neves Fontes Júlio Paulo Candeias Pedro		
Vogal (3)(Diretora Clínica)	Maria Margarida Barreira Lucas	Resolução CM n.º 12/2016 de 13.04 (*)	2016-2018
Vogal (4) (Enfermeira-Diretor)	Catarina das Dores Praça dos Santos Batuca		
Vogal (5)	Sandra Isabel Batista Brás	Resolução CM n.º 51/2018 de 03.05 (**)	
(*) Resolução produz efeitos a partir de 01.04.2016			
(**) Resolução produz efeitos a partir de 20.04.2018			
Conselho de Administração			
Presidente	Carlos José das Neves Martins	Resolução Conselho Ministros n.º 6/2013 de 14 Fevereiro de 2013 (*)	
Vogal (1) Vogal (2)	Manuel Francisco Roque Santos Carlos Manuel Morais da Costa (**)		
Vogal (3)(Diretora Clínica)	Maria do Céu Lourinho Soares Machado (***)		
Vogal (4) (Enfermeira-Diretor)	Catarina das Dores Praça dos Santos Batuca		2013-2015
Vogal (5)	Júlio Paulo Candeias Pedro	Res CM n.º 13/2014 de 27.03 (****)	
Vogal (6) (Diretor Clínico)	Miguel Oliveira da Silva	Res CM n.º 29/2014 de 2.10 (*****)	
Vogal (7) (Diretor Clínico)	Maria Margarida Barreira Lucas	Res CM n.º 15/2015 de 20.02.201	



Fiscal Único

Efetivo	Cravo, Fortes, Antão & Associados SROC n.º 87, representada por Dr. Avelino Azevedo Antão, ROC n.º 589	Desp n.º 1558/16- SEATF, de 30.12	2016
Efetivo	António Borges & Associados SROC n.º 69, representada por Dr. António Alexandre Pereira Borges ROC n.º 559	Desp n.º 459/13-SET, de 07.03	2013-2015
Suplente	Cravo, Fortes, Antão & Associados SROC n.º 87, representada por Dr. Avelino Azevedo Antão, ROC n.º 589		

Conselho Consultivo

Presidente	Esmeralda da Silva Santos Dourado	Despacho n.º 1348/2014 De 30.10	2014-2016
------------	-----------------------------------	---------------------------------------	-----------

Conselho Fiscal

Presidente	José Maria Monteio de Azevedo Rodrigues	Despacho de 28.11.2017	2017-2019
Vogais	Paulo Guilherme Fernandes Lajoso		
	Carla Sofia Reis Santos		
	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes		

Revisor Oficial de Contas

	João Cipriano & Associados, SROC, Lda, inscrita na OROC com o n.º 119, registada na CMVM com o n.º 20161438,	Despacho de 06.11.2018	
	Com o NIPC 503342742, representada pelo ROC n.º 631, João Amaro Santos Cipriano.	2017-2019	

- (*) Resolução produz efeitos a partir de 21.02.2013
 (**) Apresentou a renúncia em 28.03.2014
 (***) Apresentou a renúncia em (03.10.2014)
 (****) Resolução produz efeitos a partir de 28.03.2014
 (*****) Resolução produz efeitos a partir de 03.10.2014

Estatuto remuneratório fixado

1. Conselho Administração

Mandato 2016-2018

Os valores das remunerações são:

Nome	Cargo	Mês	
		Remuneração Base	Despesas de Representação
Carlos Jose Das Neves Martins	Pres.Cons.Administracao Grupo B	4.514,9	1.580,2
Carlos Magno Neves Fontes	Vogal (grupo B)	3.696,9	1.478,8
Júlio Paulo Candeias Pedro	Vogal (grupo B)	3.696,9	1.478,8
Maria Margarida Barreira Lucas	Director Clinico Grupo A	5.287,9	1.478,8
Catarina Das Dores Praca Dos Santos Batuca	Enfermeiro Diretor Conselho Administracao Grupo B	3.696,9	1.478,8
Sandra Isabel Batista Bras	Vogal (grupo B)	3.696,9	1.478,8

Mandato 2013-2015

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro.

Presidente – Vencimento mensal líquido de 3.539,38€, 14xano (S/ reduções)

Despesas de representação 1.224,67€, 12xano

Vogais e Enfermeira Diretora – Vencimento mensal líquido de 2.901,78€, 14xano (S/ reduções)

Despesas de representação 1.146,03€, 12xano

Diretora Clínica – Vencimento mensal líquido de 3.925,75€, 14xano (S/ reduções)

Despesas de representação 1.146,03€, 12xano

2. Fiscal Único

Mandato 2013-2015

Conforme Despacho n.º 459/13.SET:” a remuneração anual líquida do fiscal único efectivo do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, será constante no contrato de prestação de serviços a celebrar entre o conselho de administração deste Hospital e o respectivo fiscal único, em harmonia com o estabelecido nos artigos 59º e 60º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal líquida atribuída, nos termos legais, ao presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, sem prejuízo do previsto no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e das reduções futuras que vierem a ser legalmente definidas”

3. Conselho Fiscal

As remunerações mensais líquidas dos membros do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE são:

Efetivo (na qualidade de presidente): 1.362,02€, a pagar catorze vezes ao ano, e

Efetivo: 1.021,51€, a pagar catorze vezes ao ano.

Aos valores mensais determinados serão aplicadas as disposições legalmente vigentes que os tomem por objeto.

4. Revisor Oficial Contas

Pela revisão e certificação legal de contas o ROC auferirá para os exercícios de 2018 e 2019, os honorários anuais 19.760,00€.

O contrato de prestação de serviços a celebrar entre o ROC e CHULN deve contemplar uma cláusula que preveja o pagamento de honorários inerentes à prestação do serviço de revisão e certificação legal de contas dos exercícios de 2016 e 2017, no valor de 11.856,00€ referente a cada ano.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Conselho Administração

Remunerações de 2017



	Carlos Jose Das Neves Martins - Presidente	Carlos Magno Neves Fontes - Vogal	Julio Paulo Candeias Pedro - Vogal	Maria Margarida Barreira Lucas - Directora clínica (desde 19/02/2015)	Catarina da Dores Praça dos Santos Bатуca - Enfermeira Diretora
Mandato					
Adaptado ao EGP (Sim/Não)					
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	83.385,06 €	70.574,79 €	70.365,11 €	92.749,99 €	70.575,42 €
OPRLO	Não	Não	Não	Sim	Não
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (origem/Destino)					
1.1.Remuneração Anual	66.535,62 €	54.480,56 €	54.350,84 €	77.825,51 €	54.480,69 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	19.960,67 €	18.679,07 €	18.627,19 €	18.679,07 €	18.679,07 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)					
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.324,81 €	3.657,98 €	3.648,90 €	4.825,23 €	3.657,99 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011					
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal					
1.7.Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida	82.171,48 €	69.501,65 €	69.329,13 €	91.679,35 €	69.501,78 €
(1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)					
2. Remuneração variável					
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4.Outras (identificar)					
Subsídio de deslocação					
Subsídio de refeição	900,88 €	1.073,14 €	1.035,98 €	1.070,64 €	1.073,64 €
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social					
- Indicar Regime (ADSE/Seg.Social/Outros)	(Seg. Social)	(Seg. Social)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)
- Valor	9.041,39 €	7.647,72 €	9.440,16 €	12.654,81 €	9.459,33 €
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (indicar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)					
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
Mandato					
Modalidade de Utilização	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início					
Ano Termo					
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					



Combustível gasto com a viatura					
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/ deslocações	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo
Mandato	I / II				
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo	312,70 €				
Outras (indicar)					

Comunicações moveis:

Titular	Total - Janeiro a Dezembro
Dr. Carlos Martins	1.776,67€
Dr. Júlio Pedro	598,00€
Dra. Margarida Lucas	4,21€
Enfa. Catarina Batuca	715,90€
Dr. Carlos Magno	208,66€

Despesas com viaturas:

Viaturas	Afetação	Combustível (Gasóleo)	Via Verde	Seguros	IUC	Reparações
02-33-XU	Conselho	3.119,78 €	2.103,52 €	397,40 €	42,18 €	3.343,59 €
64-BV-67	Administração	766,61 €	0,00 €	328,70 €	21,01 €	2.327,41 €

Remunerações de 2016

	Carlos José Neves Martins (Presidente)	Carlos Magno Neves Fontes (Vogal)	Manuel Francisco Roque Santos (Vogal)	Júlio Paulo Candeias Pedro (Vogal)	Maria Margarida Barreira Lucas (Diretora Clínica)	Catarina Dores Praça dos Santos Batuca (Enfermeira Diretora)
Remuneração Total	82.218,72 €	52.673,86 €	12.033,24 €	71.569,34 €	93.167,02 €	68.499,11 €
OPRLO	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade Pagadora (origem / destino)						
Remuneração Anual	68.392,73 €	41.821,21 €	10.164,38 €	5.795,20 €	81.485,26 €	54.414,64 €
Despesas Representação (Anual)	19.960,67 €	14.009,31 €	3.113,18 €	18.679,07 €	18.679,07 €	18.679,07 €
Redução decorrente Lei n.º 12 A/2010	4.417,67 €	2.791,53 €	663,88 €	3.831,56 €	5.008,22 €	3.654,69 €
Redução decorrente Lei n.º 64 B/2011	2.575,28 €	1.108,11 €	755,51 €	2.308,60 €	2.992,55 €	2.039,77 €
Remuneração Anual Efetiva Líquida	81.360,45 €	51.930,88 €	11.858,17 €	70.491,11 €	92.163,57 €	67.399,26 €
Subsidio de refeição	858,27 €	742,98 €	175,07 €	977,83 €	1.003,45 €	982,10 €
Regime de Proteção Social						
Indicar Regime (ADSE/Seg. Social/Outros)	(Seg. Social)	(Seg. Social)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)
Valor	8.949,70 €	5.712,40 €	1.569,20 €	9.514,05 €	12.626,68 €	10.679,61 €
Ajudas de Custo				100,40 €		117,75 €

Despesas com viaturas:

Viaturas	Afetação	Combustível	Total em Euros	Via Verde / Portagens
42-50-XT	CA	Diesel	1.978,23 €	1.167,25 €
02-33-XU	CA	Diesel	1.876,24 €	1.117,64 €
82-AE-73	CA	Diesel	548,54 €	64,08 €
64-BV-67	CA	Diesel	1.201,82 €	117,55 €

Comunicações móveis:

Titular	Total - Janeiro a Dezembro
Dr. Carlos Martins	927,51 €
Dr. Júlio Pedro	429,31 €
Dra. Margarida Lucas	12,80 €
Enfa. Catarina Batuca	525,44 €
Dr. Carlos Magno	191,45 €
Dr. Manuel Roque	103,44 €

Remunerações de 2015

	Carlos José Neves Martins (Presidente)	Manuel Francisco Roque Santos (Vogal)	Júlio Paulo Candeias Pedro (Vogal)	Maria Margarida Barreira Lucas (Diretora Clínica)	Catarina Dores Praça dos Santos Batuca (Enfermeira Diretora)
Remuneração Total	80.880,64 €	70.909,43 €	66.736,38 €	81.439,50 €	66.845,62 €
OPRLO	Não	Não	Não	Sim	Não
Entidade de Origem					
Entidade Pagadora					
Remuneração Anual	70.533,93 €	60.761,14 €	56.224,05 €	73.920,93 €	56.056,01 €
Despesas Representação (Anual)	19.960,68 €	18.679,08 €	18.679,08 €	16.313,06 €	18.679,08 €
Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.579,86 €	3.658,36 €	3.658,36 €	3.658,36 €	3.658,36 €
Redução decorrente da Lei 64 B/2011	6.622,96 €	5.897,23 €	5.443,52 €	6.626,77 €	5.426,71 €
Remuneração Anual Efetiva Líquida	79.291,79 €	69.884,63 €	65.801,25 €	79.948,86 €	65.650,02 €
Subsídio de Refeição	1.088,85 €	1.024,80 €	935,13 €	990,64 €	1.195,60 €
Encargos com Benefícios Sociais					
Regime de Proteção Social					
Indicar Regime (ADSE/Seg. Social/Outros)	(Seg. Social)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)
Valor	8.722,17 €	9.364,99 €	8.915,82 €	12.839,45 €	10.365,23 €

Despesas com viaturas:

Viaturas	Afetação	Combustível Total em Euros	Via Verde Portagens	Seguros	IUC
42-50-XT	Dr. Manuel Francisco Roque Santos	3.650,85 €	1.825,82 €	390,13 €	41,72 €
02-33-XU	Dr. Julio Paulo Candeias Pedro	1.327,56 €	323,80 €	389,99 €	41,72 €
82-AE-73	Dr. Carlos José das Neves Martins	1.340,75 €	326,60 €	403,87 €	41,72 €
64-BV-67	Enf.ª Catarina Santos Batuca	1.331,95 €	489,55 €	344,42 €	20,78 €
Total		7.651,11 €	2.965,77 €	1.528,41 €	145,94 €

Comunicações moveis:

Titular	Total 2015 (s/ IVA)
Dr. Carlos Martins	1.154,69 €
Dr. Júlio Pedro	831,99 €
Dra. Margarida Lucas	131,16 €
Enfa. Catarina Batuca	576,74 €
Dr. Manuel Roque	624,91 €

2. Fiscal Único

Remunerações de 2017

Não foram liquidadas quaisquer remunerações ao Fiscal Único, pelo simples fato de não estar nomeado.

Remunerações de 2016

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta (€)	Reduções (Lei OE) (€)	Bruta após Reduções (€)
António Borges & Associados	6.247	0	6.247

Remunerações de 2015

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta (€)	Reduções (Lei OE) (€)	Bruta após Reduções (€)
António Borges & Associados	14.992	0	14.992

Funções e Responsabilidades

1. Conselho de Administração

Presidente –

Carlos José das Neves Martins

O Presidente do CHLN possui as seguintes competências específicas, para além das competências genéricas de gestão corrente necessárias ao normal funcionamento dos serviços e áreas sob a sua responsabilidade:

1 — Relativamente ao funcionamento do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.:

a) Vincular o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., nos termos do artigo 12.º dos Estatutos dos Hospitais, E. P. E., podendo, nas suas ausências e impedimentos, ser substituído pelo vogal por si designado.

- b) Assinar, com a possibilidade de subdelegação, toda a correspondência com o exterior no âmbito das competências próprias e acima delegadas;
- c) Homologar as avaliações de desempenho;
- d) Autorizar a participação em júris de concursos em outras instituições;
- e) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas, sobre queixas e reclamações apresentadas pelos utentes, respeitantes a conduta dos trabalhadores do Centro Hospitalar;
- f) Autorizar, de acordo com a legislação em vigor, a acumulação de funções e de cargos públicos e/ou privados;
- g) Autorizar a realização de receção de visitas de estudo

Vogal Executivo –

Carlos Magno Neves Fontes

Considerando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 13 de Abril, que nomeou o novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, delibera afetar a responsabilidade das seguintes áreas e pelouros ao Dr. Carlos Magno:

- Serviço de Gestão de Compras, Serviço de Gestão Financeira e Serviço de Instalações e Equipamentos.

Vogal Executivo -

Júlio Paulo Candeias Pedro

Dr. Júlio Paulo Candeias Pedro, as seguintes competências específicas, para além das competências genéricas de gestão corrente necessárias ao normal funcionamento dos serviços e áreas que lhe foram atribuídas:

1 — Relativamente ao funcionamento do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.:

a) Autorizar a emissão de termos de responsabilidade relativos às deslocações de utentes a outras unidades de saúde, para efeitos de realização de exames e tratamentos, que o Centro Hospitalar não tenha condições de realizar.

2 — Na área de recursos humanos, com exceção das competências específicas delegadas na Diretora Clínica e na Enfermeira Diretora:

- a) Celebrar, prorrogar, renovar e resolver contratos de pessoal, praticando os atos resultantes da caducidade ou revogação dos mesmos;
- b) Praticar todos os atos subsequentes à abertura de concursos, de acordo com a legislação específica das carreiras, com exceção da decisão de recursos hierárquicos interpostos;
- c) Autorizar a destruição de documentos respeitantes a concursos, nos termos da legislação em vigor;
- d) Autorizar a reafetação interna dos trabalhadores do Centro Hospitalar;



- e) Autorizar as comissões de serviço e todas as modalidades de mobilidade geral previstas na Lei Geral do Trabalho Em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho (LTFP);
- f) Praticar todos os atos relativos à aposentação dos contratados em regime de direito público e reforma dos demais trabalhadores e, em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social a estes aplicável;
- g) Conceder as licenças, consoante o tipo de vínculo do trabalhador, e autorizar o regresso à atividade, nos termos da lei;
- h) Determinar a reposição de dinheiros públicos;
- i) Autorizar publicações no Diário da República;
- j) Autorizar a passagem de certidões e a emissão de cópia de documentos;
- k) Fixar, de acordo com as orientações do conselho de Administração, os horários específicos de trabalho e autorizar os respetivos pedidos, nas suas várias modalidades;
- l) Autorizar a ausência e decidir sobre a justificação das faltas dadas pelos trabalhadores, independentemente do seu vínculo laboral e exigir a apresentação dos adequados meios de prova;
- m) Promover a verificação domiciliária da doença;
- n) Promover a submissão do pessoal a juntas médicas da ADSE ou da Segurança Social;
- o) Autorizar os pedidos de apresentação do pessoal a Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações;
- p) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo antecipadas ou não;
- q) Qualificar como acidente em serviço e acidente de trabalho os sofridos pelos respetivos trabalhadores e autorizar o processamento das respetivas despesas até aos limites legais;
- r) Autorizar o trabalho a tempo parcial, bem como o regresso ao regime de tempo completo, nos termos da legislação aplicável;
- s) Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no país ou no estrangeiro;
- t) Autorizar a participação em júris de concursos noutras instituições, sem prejuízo de idênticas competências dos demais membros do Conselho de Administração;
- u) Assinar a correspondência e expediente necessários, no âmbito das competências acima delegadas

3 — Relativamente às áreas e serviços sob a sua responsabilidade

- a) Aprovar o plano anual de férias e quaisquer alterações a ele referentes, autorizar o gozo de férias antes de aprovado o plano de férias e a acumulação de férias, bem como determinar o adiamento ou interrupção das mesmas por razões imperiosas ou imprevistas relativamente aos trabalhadores dos serviços referentes às áreas cuja supervisão lhe está diretamente cometida;
- b) Autorizar a formação profissional, a realização de estágios, iniciativas semelhantes, nos termos da legislação em vigor, respetivos instrumentos de execução, designadamente comissões gratuitas de serviço;

Vogal Executivo - Diretora Clínica

Maria Margarida Barreira Lucas

Dra. Maria Margarida Barreira Lucas, as competências de coordenação das áreas clínicas, bem como as

seguintes delegações específicas no âmbito da carreira médica, técnica superior de saúde e de diagnóstico e terapêutica:

- a) Praticar todos os atos subsequentes à abertura de concursos de pessoal, exceto a decisão dos recursos hierárquicos interpostos e a homologação das listas classificativas;
- b) Ordenar a destruição de documentos insertos em processos de concursos;

- c) Aprovar o plano anual de férias e quaisquer alterações a ele referentes, autorizar o gozo de férias antes de aprovado o plano de férias e a acumulação de férias;
- d) Determinar o adiamento ou a interrupção de férias por razões imperiosas ou imprevistas;
- e) Autorizar a formação profissional e a realização de estágios, congressos ou iniciativas semelhantes nos termos legais em vigor, outorgando os respetivos instrumentos de execução;
- f) Homologar avaliações de desempenho nos termos da legislação aplicável;
- g) Autorizar as comissões gratuitas de serviço;
- h). Aprovar os horários de trabalho e respetivas alterações, nos termos da lei e dos critérios previamente definidos pelo Conselho de Administração;
- i) Autorizar a composição das equipas dos serviços de urgência, interna e externa, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração dos critérios e do modelo operacional;
- j) Autorizar o regime de trabalho para os serviços de urgência, prevenção e chamada, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração;
- k) Autorizar a participação em júris de concursos noutras instituições;
- l) Autorizar, relativamente aos médicos internos, comissões gratuitas de nos termos do regulamento do internato médico;
- m) Autorizar, nos termos legais, a dispensa de prestação do serviço de urgência e a redução horária;
- n) Autorizar o acesso a dados clínicos, e outros dados pessoais sensíveis, nos termos legalmente em vigor e aplicáveis;
- o) Assinar a correspondência e expedição necessárias, no âmbito das competências acima delegadas.

Enfermeira Directora -

Catarina Dores Praça Santos Bатуca

Enf.^a Catarina das Dores Praça dos Santos Bатуca, as competências de coordenação e de gestão corrente das áreas de enfermagem, bem como as seguintes delegações específicas no âmbito da carreira de enfermagem e dos assistentes operacionais colocados em todas as áreas clínicas:

- a) Praticar todos os atos subsequentes à abertura de concursos de pessoal, excepto a decisão dos recursos hierárquicos interpostos e a homologação das listas classificativas;
- b) Ordenar a destruição de documentos insertos em processos de concursos;
- c) Autorizar a reafetação interna de profissionais;



- d) Autorizar as comissões gratuitas de serviço;
- e) Decidir sobre os pedidos de concessão do estatuto de trabalhador estudante;
- f) Aprovar os horários de trabalho e respetivas alterações nos termos da legislação aplicável e das deliberações do Conselho de Administração;
- g) Aprovar o plano anual de férias e quaisquer alterações a ele referentes, autorizar o gozo de férias antes de aprovado o plano e a acumulação de férias;
- h) Determinar o adiamento ou a interrupção de férias por razões imperiosas ou imprevistas;
- i) Autorizar a formação profissional, a iniciativas semelhantes, nos termos respetivos instrumentos de execução;
- j) Autorizar a participação em júris de concursos noutras instituições, sem prejuízo de idênticas competências dos demais membros do Conselho de Administração;
- k) Homologar classificações de serviço e avaliações de desempenho nos termos da legislação aplicável;
- l) Assinar a correspondência e expedição necessárias, no âmbito das competências acima delegadas

De acordo com o Regulamento Interno do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, homologado em 23 de Março de 2009, pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, compete ao Conselho de Administração e aos seus Membros, o constante do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, que passaremos a elencar:

- 1 - Compete ao conselho de administração garantir o cumprimento dos objectivos básicos, bem como o exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, e em especial:
 - a) Propor os planos de acção anuais e plurianuais e respectivos orçamentos, bem como os demais instrumentos de gestão previsional legalmente previstos, e assegurar a respectiva execução;
 - b) Celebrar contratos-programa externos e internos;
 - c) Definir as linhas de orientação a que devem obedecer a organização e o funcionamento do hospital E. P. E. nas áreas clínicas e não clínicas, propondo a criação de novos serviços, sua extinção ou modificação;
 - d) Definir as políticas referentes a recursos humanos, incluindo as remunerações dos trabalhadores e dos titulares dos cargos de direcção e chefia;
 - e) Autorizar a realização de trabalho extraordinário e de prevenção dos trabalhadores do hospital E. P. E., independentemente do seu estatuto, bem como autorizar o respectivo pagamento;
 - f) Designar o pessoal para cargos de direcção e chefia;
 - g) Aprovar o regulamento disciplinar do pessoal e as condições de prestação e disciplina do trabalho;
 - h) Apresentar os documentos de prestação de contas, nos termos definidos na lei;
 - i) Aprovar e submeter a homologação do Ministro da Saúde o regulamento interno e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

- j) Decidir sobre a realização de ensaios clínicos e terapêuticos, ouvida a comissão de ética, sem prejuízo do cumprimento das disposições aplicáveis;
- l) Acompanhar e avaliar sistematicamente a actividade desenvolvida pelo hospital E. P. E., designadamente responsabilizando os diferentes sectores pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos, nomeadamente em termos da qualidade dos serviços prestados;
- m) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas, se for caso disso, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos utentes;
- n) Decidir sobre a admissão e gestão do pessoal;
- o) Autorizar a aplicação de todas as modalidades de regimes de trabalho legalmente admissíveis;
- p) Exercer a competência em matéria disciplinar prevista na lei, independentemente da relação jurídica de emprego;
- q) Acompanhar a execução do orçamento, aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas;
- r) Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa do hospital E. P. E.;
- s) Tomar as providências necessárias à conservação do património afecto ao desenvolvimento da sua actividade e autorizar as despesas inerentes, previstas no plano de investimentos.

2—Sem prejuízo do disposto no número anterior e em normas especiais, o Conselho de Administração detém, ainda, as competências legalmente atribuídas aos titulares dos cargos de direcção superior de 1.º grau da administração central do Estado relativamente aos funcionários e agentes da Administração Pública.

3—O Conselho de Administração pode delegar as suas competências nos seus membros ou demais pessoal de direcção e chefia, com excepção das previstas nas alíneas a) a j) do n.º 1, definindo em acta os limites e condições do seu exercício.

Presidente Conselho Consultivo – (desde 30.10.2014)

Esmeralda da Silva Santos Dourado

1. O Presidente representa o Conselho Consultivo.
2. O Presidente nas suas faltas e impedimentos será representado pelo Vogal que expressamente designar para o efeito.
3. O Secretário do Conselho Consultivo será designado na primeira reunião do órgão.
4. Compete ao Presidente do Conselho Consultivo:
 - a) Coordenar a actividade do Conselho Consultivo, convocar e presidir às reuniões e fazer cumprir ordem de trabalhos;
 - b) Exercer voto de qualidade em caso de empate nas votações;
 - c) Propor a intervenção de peritos no âmbito de matérias especializadas.

Síntese Curricular

1. Membros do Conselho de Administração

1.1.1. Presidente CA

Carlos José das Neves Martins

Data de Nascimento: 16 de Junho de 1961

É Licenciado em Relações Internacionais no Ramo Económico e Políticas pela Universidade do Minho, onde foi Presidente da sua Associação Académica na década de oitenta. Iniciou a sua vida profissional em 1985 no então Instituto Politécnico de Faro, após o que se seguiram vários cargos a nível regional, nacional e internacional, designadamente Autarca no Município de Portimão - 1985 a 2001, Diretor Regional e Presidente do Instituto da Juventude - 1989 e 1991, Representante de Portugal no Comité de Peritos de Juventude da União Europeia e Perito de Políticas Locais no Conselho da Europa de 1990 a 1994, Presidente da Região de Saúde do Algarve e Coordenador do Gabinete de Relações Externas da Universidade do Algarve de 1996 a 1999.

Em 1999 foi eleito Deputado à Assembleia da República pelo Círculo do Algarve, suspendendo as funções no período de 2002 a 2005 por posse sucessiva nos XV e XVI Governos Constitucionais, respetivamente como Secretário de Estado da Saúde e Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo. Em 2005 regressou ao seu lugar de Assessor do Quadro na Universidade do Algarve, pedindo no mesmo ano uma licença sem vencimento para poder exercer funções no sector empresarial privado e iniciar atividade de prestação de serviços de consultoria internacional. Foi Assessor do Ministro da Saúde para as áreas das Relações Internacionais e Cooperação e em Projectos Estratégicos Interministeriais, de maio de 2012 a 20 de fevereiro de 2013.

É autor de vários artigos sobre desenvolvimento sustentável e poder local, economia social e cooperação internacional, turismo e saúde, destinos emergentes e internacionalização empresarial, temas que igualmente tem abordado como orador em conferências nacionais e internacionais.

Em 1987 foi distinguido com um Louvor Militar por serviços prestados como Oficial Miliciano de Artilharia da Brigada Mista Independente, em 2000 recebeu um Louvor do Magnífico Reitor da Universidade do Algarve publicado em Diário da República, em 2003 ganhou o Galardão de 'Reconhecimento e Mérito pelo Desenvolvimento e Promoção do Algarve', em 2008 recebeu a 'Medalha de Mérito Municipal de Portimão - Grau Ouro' e em 2009 foi agraciado publicamente pelo Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil 'Pela sua relevante atuação económica e contribuição na promoção da amizade e dos negócios internacionais na língua portuguesa'.

1.1.2. Vogal do CA

Carlos Magno Neves Fontes

Data de Nascimento: 24 de Dezembro de 1953

É Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Até à data, assumiu as funções de Diretor Financeiro do Hospital Fernando da Fonseca, cargo que assumiu desde junho de 2009. De dezembro de 2006 a maio de 2009 foi Diretor Coordenador das áreas financeira e de auditoria da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Em 2003 a 2006 assumiu funções junto da Portugal Telecom (PT), na qualidade de responsável pela Tesouraria da PT- Multimédia, empresa onde já tinha sido de 2002 a 2003 Diretor Financeiro. De 1999 a 2001 foi igualmente Diretor Financeiro da JAE Construção, S.A. – ICOR. Anteriormente, desde 1994 assumiu as funções de responsável pela Tesouraria da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA. Entre 1993 e 1994 assumiu as funções de Diretor Financeiro da Unifina (SFAC) e na Unilong (ALD). Esteve ao serviço da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), na qualidade de Inspetor, de 1990 a 1993 e entre 1984 e 1990 assumiu as funções de Inspetor Coordenador da Supervisão Bancária e de Seguros da Autoridade Monetária e Cambial de Macau. Foi ainda Auditor Coordenador dos Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT), entre 1981 e 1984 e auditor da Arthur Young & Co entre 1978 a 1981.

1.1.3. Vogal do CA

Sandra Isabel Batista Brás (desde 20.03.2014)

Data de Nascimento: 10 de Maio de 1971

Licenciatura em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1997.

Curso de Especialização em Administração Hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública em 2009.

PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde na AESE, em 2010.

Programa HOPE — European Hospital and Helthcare Federation, em 2016.

Cargos Exercidos:

Diretora do Gabinete de Planeamento e Informação de Gestão do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, desde 2015.

Administradora Hospitalar no Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, responsável pelas seguintes áreas: Gabinete Planeamento e Informação de Gestão, Gabinete de Gestão de Termos de Responsabilidade e Administradora dos Serviços de Estomatologia, de Cirurgia Plástica, entre 2009 e 2015.

Técnica Superior nos Serviços Financeiros do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, responsável pelo acompanhamento, monitorização, e execução do orçamento ao nível de proveitos, de 2007 a 2009.

Coordenadora do Gabinete de Planeamento e Controle de Gestão do Hospital Pulido Valente, EPE, de 2005 e 2007.

Controller no Hospital Pulido Valente, EPE, com a responsabilidade da monitorização e acompanhamento da produção em ambulatório, de 2004 e 2005.

Técnica Superior no Serviço de Estatística do Hospital Pulido Valente, SA, de 2002 a 2004.

Técnica Superior no Serviço de Gestão de Doentes do Hospital Pulido Valente, de 1997 a 2001.

Júlio Paulo Candeias Pedro (de 28.03.2014 até 19/4/2018)

Data de Nascimento: 07 de Julho de 1969

É Licenciado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em 1999.

Especialização em Administração Hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública em 2002.

PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde na AESE — Escola de Direção e Negócios, em 2008.

Mastering Health Care Finance — International Executive Program, realizado pela Université Lausanne/Harvard Medical School/Hospital Geral de Santo António em 2007.

Curso de Enfermagem Geral pela Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara, de 1988 a 1991.

Administrador Hospitalar, 4.º grau, vinculado ao quadro único de administradores hospitalares, desde 14 de novembro de 2007. Foi Vogal do Conselho Diretivo do INEM IP desde 7 de outubro 2010, Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital do Litoral Alentejano desde 30 de Janeiro de 2006 a 6 de Outubro de 2010.

Administrador no Hospital Egas Moniz SA, de 7 de Abril de 2003 a Janeiro de 2006, com a responsabilidade de gestão da contratualização interna e coordenação dos projectos e desenvolvimento da Área de Gestão Cirúrgica; Administrador no Serviço de Aproveitamento do Hospital de São José entre 2002 e Abril 2003; Enfermeiro no Hospital dos Capuchos entre 1991 e 2002 nos Serviços de Neurocirurgia, Urgência e unidade médico-cirúrgica gastrenterologia.

Arguente convidado de júris da ENSP em trabalhos finais do Curso de Especialização em Administração Hospitalar desde 2007; Orientador institucional de estágios da ENSP do curso de especialização em Administração desde 2006;

Preletor convidado da ESTSL no curso superior de Fisioterapia na área da Gestão dos Serviços de Saúde desde 2002;

Docente convidado da pós-graduação em Gestão de Serviços da Universidade Moderna na unidade curricular de Estatística aplicada á Gestão dos Serviços de Saúde 2004; Estudo das desigualdades socioeconómicas em saúde em Portugal com trabalhos apresentados e publicados em reuniões e publicações de economia da saúde com a coautoria do Prof. João Pereira da ENSP; Integrou os órgãos sociais da Associação Portuguesa de Economia da Saúde de 2005 a 2008, com a participação na organização de eventos científicos.

Coordenou a grupo de trabalho criado para a revisão do Regulamento de Transporte de Doentes por via terrestre e congregou a participação de vários especialistas dos Ministérios de Administração Interna e Saúde, bem como de representantes da Liga de Bombeiros Portugueses; Participou nas visitas de avaliação aos pontos da rede de urgência realizado pela Comissão para a reavaliação da rede nacional de emergência e urgência; Participou no grupo de trabalho para o desenvolvimento e promoção da cirurgia de ambulatório – Unidade de Missão Hospitais SA – com apresentação pública dos resultados em Dezembro de 2005, no INFARMED em Lisboa e divulgação através do site dos Hospitais SA.

1.1.4. Vogal do CA – Diretor Clínico

Miguel Oliveira da Silva (até 19.02.2015)

Miguel Oliveira da Silva: Nascido a 20 de outubro de 1952

Educação e formação

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1976.

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1998.

Doutoramento em Obstetrícia na Universidade de Lisboa (1992).

Diploma de Mestrado em Educação Médica: Diploma *in Medical Education pela University of Wales em Cardiff* e Mestrado em Educação Médica na Faculdade de Medicina de Lisboa.

Experiência profissional

Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida desde 2009.

Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL) onde é Presidente do Conselho Pedagógico da FMUL e integra o Senado da UL. Médico no serviço de Obstetrícia -Ginecologia do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE (Hospital de Santa Maria) obtendo o Grau de Assistente Hospitalar em 1998, o Grau de Assistente Graduado em 2005 e foi responsável e coordenador da consulta de grávidas adolescentes, Unidade de Ginecologia Médica e foi Chefe de Equipa de Urgência de Obstetrícia e Ginecologia. É responsável pela consulta de ginecologia de adolescentes e integra a consulta pré -natal.

Atividade de produção e divulgação científica. Orientador e arguente de Mestrado e teses de Mestrado e Doutoramento.

Trinta e dois artigos publicados, seis livros publicados como autor único e sete livros editados e coordenados e vinte e um capítulos de diversos livros. Tem mais de duzentas comunicações em fóruns e iniciativas científicas. Participação em grupos de trabalho e comissões.

Integrou o Grupo de Trabalho de Educação Sexual, entre 2005 e 2007. Comissão de Ética para a Investigação Clínica. Comissão de Ética do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge. Conselho Nacional de Ética e Deontologia da Ordem dos Médicos, entre 2007 e 2010. Consultor do INFARMED na área de comparticipação de medicamentos, desde 2002. Comissão de Avaliação de Medicamentos do INFARMED, entre 2002 e 2010. Coordenador Europeu do Projeto *The State of Reproductive Health and Fertility in the European Union*. Medalha de Ouro do Ministério da Saúde em 2014.

1.1.4. Vogal do CA – Diretor Clínico

Maria Margarida Barreira Lucas (desde 20.02.2015)

Maria Margarida Barreira Lucas: Nascida a 05 de dezembro de 1952

Educação e formação

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1977; Título de Especialista em Medicina Interna em 1988; Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1991.

Experiência profissional

Diretora do Serviço de Urgência Central do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E (CHLN). Desde 2008, com a responsabilidade pela gestão estratégica do Serviço e negociação dos Contratos -Programa; Adjunta do Diretor Clínico do CHLN, E.P.E. (2008 -2013), para a área das Urgências, acompanhando a reestruturação do Centro Hospitalar; Coordenadora da Equipa de Gestão de Altas do CHLN, E.P.E. desde 2009; Assistente Graduada Sênior de Medicina Interna, Coordenadora de Setor e Adjunta do Diretor de Serviço de Medicina Interna do CHLN, E.P.E. desde 2000, participando na discussão e negociação dos Contratos Programa do Serviço; Assistente Convidada da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa desde 1983. Atividade de investigação, produção e divulgação científica: Autora e co -autora de mais de 300 comunicações científicas em congressos nacionais e internacionais, de mais de 60 publicações em revistas científicas nacionais e internacionais e de diversos capítulos de livros científicos na área da Medicina. Participação em Grupos de Trabalho e comissões no CHLN, E.P.E.:

Comissão de Implementação dos Sistemas de Informação Clínica; Grupo de Acompanhamento da Urgência Metropolitana de Lisboa; Comissão Mista de Acompanhamento entre o CHLN, E.P.E. e o Hospital Beatriz Ângelo.

Outras Atividades: Orientadora de Formação de Internos do Internato Complementar de Medicina Interna. Membro de júris de avaliação final de Internato Complementar, concursos de provimento para Assistente Hospitalar e concursos de provimento para Assistente Graduado Sénior de Medicina Interna.

1.1.5. Vogal do CA - Enfermeira Diretora

Catarina das Dores Praça dos Santos Batuca

Data de Nascimento: 28 de Março de 1956

É Licenciada em Enfermagem pela Escola Técnica de Enfermeiras, mais tarde designada Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil.

Iniciou a sua vida profissional em 1980 no Hospital de Pulido Valente, na prestação direta de Cuidados no Serviço de Recobro Anestésico onde permaneceu até 1986. Nesta data frequentou o Curso em Enfermagem de Reabilitação na Escola do Serviço de Saúde Militar.

Regressou ao Hospital de Pulido Valente em outubro de 1988 como Enfermeira Especialista exercendo funções no Departamento de Reeducação Funcional Respiratória e em 1991 no S. Cirurgia Torácica. Em março de 1993 foi convidada pelo Enfermeiro Diretor para exercer as funções de Enfermeira Chefe do S. de Bloco Operatório, atividade que interrompeu em 1997 para ingressar no C.E.S.E. em Administração dos Serviços de Enfermagem na Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende. Após conclusão do referido C.E.S.E. a convite do Conselho de Administração foi exercer funções de Enfermeira Supervisora na Direção de Enfermagem tendo feito concurso para a categoria em 2000. Esta função foi exercida até 2005 em simultâneo com o cargo de Adjunta do Enfermeiro Diretor, altura em foi nomeada Enfermeira Diretora do Hospital de Pulido Valente. Com a criação do Centro Hospitalar Lisboa Norte foi convidada a integrar como Vogal o Conselho de Administração exercendo funções Enfermeira Diretora até à presente data.

Foi Presidente e Vogal efetiva de Júris de Concursos para acesso a todas as categorias da Carreira de Enfermagem, foi membro eleito e nomeado da Comissão Técnica de Avaliação, foi membro efetivo do Conselho Diretivo da Secção Regional Sul da Ordem dos Enfermeiros.

Integrou o Grupo Coordenador do Projeto de Cuidados Continuados na área da Assistência Domiciliária em Insuficientes Respiratórios e Cardíacos, o Grupo de Coordenação dos projetos de parceria com as Escolas Superiores de Enfermagem e o Grupo Coordenador de articulação com os Centros de Saúde da Unidade Setentrional.

É autora de vários artigos técnicos na área dos cuidados e da gestão e integrou a comissão de dinamização interna de um projeto internacional de pesquisa e reflexão sobre a prática dos cuidados, desenvolvido no âmbito do Reseau Praxis. Foi ainda membro da Comissão Organizadora e Científica de várias Jornadas e Congressos.

Compete à Enfermeira-Directora

A coordenação técnica da actividade de enfermagem do hospital E. P. E., velando pela sua qualidade, e, sem prejuízo do disposto em sede do regulamento interno, designadamente:

- a) Coordenar a elaboração dos planos de acção de enfermagem apresentados pelos vários serviços a integrar no plano de acção global do hospital E. P. E.;
- b) Colaborar com o director clínico na compatibilização dos planos de acção dos diferentes serviços de acção médica;

- c) Contribuir para a definição das políticas ou directivas de formação e investigação em enfermagem;
- d) Definir padrões de cuidados de enfermagem e indicadores de avaliação dos cuidados de enfermagem prestados;
- e) Elaborar propostas referentes à gestão do pessoal de enfermagem, designadamente participar no processo de admissão e de mobilidade dos enfermeiros;
- f) Promover e acompanhar o processo de avaliação do pessoal de enfermagem;
- g) Propor a criação de um sistema efectivo de classificação de utentes que permita determinar necessidades em cuidados de enfermagem e zelar pela sua manutenção;
- h) Elaborar estudos para determinação de custos e benefícios no âmbito dos cuidados de enfermagem;
- i) Acompanhar e avaliar sistematicamente outros aspectos relacionados com o exercício da actividade de enfermagem e com a formação dos enfermeiros.

2. Fiscal Único

2.1. Efetivo

Desde 30.12.2016

Avelino Azevedo Antão

Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais (Universidade Aberta).

Pós-Graduação Avançada em Direito Fiscal: Estratégias de Planeamento Fiscal (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).

Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais (Universidade Aberta).

Membro inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 589, em 16.04.1988.

Membro inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o nº 26525.

Revisor Oficial de Contas. Membro da Comissão de Revisão das Normas Internacionais de Contabilidade.

Docente da Universidade de Aveiro (área de especialização – fiscalidade). Membro Efetivo da Comissão de Normalização Contabilística. Membro do Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

PUBLICAÇÕES: Livro “Novo Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo” – julho 2012, em coautoria, Áreas Editora; Livro “Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia ” – setembro de 2015, em coautoria, Áreas Editora.

Tem publicados vários artigos ligados às áreas da contabilidade e fiscalidade.

Até 30.12.2016

António Alexandre Pereira Borges

Data de Nascimento: 03 de Junho de 1946

Licenciado em Finanças pelo ISCEF, com Mestrado em Gestão (parte escolar) pelo ISEG, é Técnico Oficial de Contas e Revisor Oficial de Contas.

É docente do ISCTE desde 1973 da disciplina de Contabilidade Geral / Financeira e leccionou no ISG desde 1979 a 1990, as disciplinas de Contabilidade Geral, Contabilidade Analítica e Gestão Financeira.

Pelo prestígio granjeado, como docente e autor de diversas publicações na área da contabilidade e gestão, tem assumido algumas funções em institutos e organismos públicos, com destaque para as abaixo descritas.

Para o Instituto Português de Conservas e Pescado, foi consultor para a concepção e implementação de um Sistema de Controlo de subsídios comunitários ao sector conserveiro (1988/89).

Foi membro do Conselho Fiscal/Fiscal único, em representação da António Borges & Associados de entidades como APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões SA, Administração do Porto de Aveiro, SA, Câmara Municipal do Alandroal, Direcção Geral do Tribunal de Contas e outros.

A António Borges & Associados – SROC, integrou ou integra actualmente os órgãos de fiscalização de diversas entidades públicas, tais como Editorial do Ministério da Educação e da Ciência, Fundação Escola Portuguesa de Macau, ARS Alentejo, IP, Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, Hospital de Santa Maria Maior, EPE.

A firma António Borges – Consultoria e Investimentos SA, de que é sócio o Dr. António Borges, presta Serviços de apoio à SROC, tendo já integrado um consórcio no âmbito dos programas RETEX com a CESO – I&D. Presta também serviços de consultoria e apoio na área dos sistemas contabilísticos ao Fundo para as Relações Internacionais IP, desde 1995.

A António Borges & Associados, SROC, conta com três equipas para a realização dos trabalhos, integrando cada uma delas, pelo menos um Revisor Oficial de Contas.

3. Presidente Conselho Consultivo

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Data de Nascimento: 25/01/1953

Licenciada em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, fez formação complementar em finanças corporativas na Universidade de Harvard. Foi Vice-presidente do Citibank Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Fonecas e Burnay e União de Bancos Portugueses. Foi Presidente do Conselho de Administração da SAG automóveis Espanha SL AA000 – Soc. De Formação Profissional e Consultoria Técnica SA, Autoimpor – Soc. Importadora de Automóveis SA, Inovision – Tecnologias de Informação SA, SAG DOT COM – SGPS SA, SAG Serviços - Assessoria Financeira e administrativa SA, SIVA on line – informação automóvel, Soauto – SGPS SA, Cervag – Comercio de Automóveis SA, JM

Seguro – Comércio de automóveis SA, Gerente da Globalrent – Soc. Portuguesa de rent-a-car Ida e Frotarent – Aluguer de automóveis Ida., Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Luso-Brasileira e Presidente do Fórum dos Administradores de Empresas.

O Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Lisboa Norte apoia e acompanha o funcionamento dos serviços, tendo como competências: apreciar os planos de natureza anual e plurianual, apreciar todas as informações que tiver por necessárias para o acompanhamento da actividade do CHLN, emitir recomendações tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços a prestar as populações, tendo em conta os recursos disponíveis.

Compete ao Presidente do Conselho Consultivo: representar o Conselho Consultivo, nas suas faltas e impedimentos será representado pelo Vogal que expressamente designar para o efeito; coordenar a actividade do Conselho Consultivo, convocar e presidir as reuniões e fazer cumprir ordem de trabalhos, exercer voto de qualidade em caso de empate nas votações, propor a intervenção de peritos no âmbito de matérias especializadas.

4. Conselho Fiscal

Presidente - Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Data de Nascimento: 05 de Março de 1952

Habilitações Académicas: Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, Mestrado em Organização e Gestão de Empresas.

Atividade Profissional: Professor Associado Convidado no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, com funções de coordenação e docência em matérias de Controlo de Gestão, de Finanças e de Contabilidade. Revisor Oficial de Contas e sócio da "ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas" e membro do Conselho Fiscal de várias instituições públicas e privadas. Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Conta e Presidente do Conselho Directivo (CD). Foi vogal do CD desde 2000, Presidente da Comissão de Inscrição e do Júri de Exame para revisor oficial de contas. Foi diretor de Mestrado Executivo e de programas de especialização na área de Controlo e de Gestão e Performance, onde lecciona. Tem vindo a apoiar a concepção e implementação de modelos de controlo de gestão e performance em empresas e grupos económicos nacionais e internacionais. Integrou o grupo de trabalho para apoio à definição de modelos de "full cost" para as Universidades Portuguesas. Foi autor dos Planos de Contas para os Fundos de Investimento Mobiliário e Imobiliários, por contratação da CMVM. Autor e co-autor de diversas obras nas áreas da gestão, finanças e contabilidade, todas com várias edições publicadas e significativamente referenciadas no mundo académico e empresarial.

Vogal - Dr. Paulo Guilherme Fernandes Lajoso

Data de nascimento: 20 de Novembro de 1967

Habilitações académicas: - Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais, Universidade Aberta (1998);

- Licenciatura em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1990);

- Bacharelato em Contabilidade e Administração, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1977).

- Seminário de Alta Direcção, Instituto Nacional de Administração (2005);

- Pós-Graduação em Direito Fiscal, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa (2002);

- Pós-Graduação em Estudos Europeus, Universidade Lusíada (1994);

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1990).

Actividade profissional – economista Março de 2008:

Empresa: Navegação Aérea de Portugal, E. P. E. Vogal do conselho fiscal.

Outubro de 2007:

Empresa: Correios de Portugal, S. A.

Presidente do conselho fiscal.

Outubro de 2007:

Empresa: NAER - Novo Aeroporto, S. A.

Vogal do conselho fiscal.

Desde Agosto 2002:

Empresa: Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

Director do Gabinete de Auditoria e Planeamento.

Desde Outubro 2005:

Colaborador do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações.

Setembro 2004:

Empresa: Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Membro do conselho fiscal.

Novembro de 2001-Agosto de 2002:

Vogal da comissão instaladora da Secretaria-Geral do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública.

Setembro de 1992-Novembro de 2001:

Inspector de finanças principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças na Área de Controlo de Gestão Pública.

Janeiro-Setembro de 1992:

Assessor económico do director municipal da Direcção de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos, na Câmara Municipal de Lisboa.

Julho-Novembro de 1991:

Empresa: Portline, Transportes Marítimos Internacionais, S. A.

Técnico superior.

Baptista da Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Gabriel Correia Alves - vogal do conselho fiscal da NAV Portugal:

Data de Nascimento: 15 de Novembro de 1954.

Habilitações académicas:

- Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais, Universidade Aberta (1998);
- Licenciatura em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1990);
- Bacharelato em Contabilidade e Administração, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1977).

Actividade Profissional - revisor oficial de contas.

Desde 1991:

Revisor oficial de contas e sócio de Baptista da Costa & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, correspondente da Praxity.

Desde 1978:

A exercer funções profissionais na área de auditoria, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos sectores de actividade e integrando os respectivos órgãos de fiscalização.

Desde 1983:

Docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa - disciplina de Contabilidade Financeira de 1983 a 1991 e disciplinas de Auditoria a partir de 1991.

Vogal - Dr^a. Carla Sofia Reis Santos

Data de nascimento: 13 de Agosto de 1969

Habilitações Académicas: Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1992) Pós-graduada em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da mesma Universidade (1995).

Atividade Profissional: Inspetora da Inspeção-Geral de Finanças, desde março de 1996. Vogal do Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (agosto de 2011 a fevereiro de 2014). Diretora de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (fevereiro de 2010 a agosto de 2011). Subdiretora-Geral do Instituto Geográfico Português (junho de 2006 a janeiro de 2010). Diretora de Serviços de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (fevereiro a junho de 2006). Vice-Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (dezembro de 2004 a fevereiro de 2006). Assistente convidada do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), de 2007 a 2011. Formadora na área da contratação pública no INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas e em diversos organismos públicos. Assessora do Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna (abril de 2003 a dezembro de 2004). Advogada (outubro de 1992 a março de 1996)

Vogal - Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

Data de Nascimento: 25 de Março de 1960

Habilitações Académicas Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983

Atividade Profissional - Directora do Gabinete de Prospectiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT); Abril 1993 a Abril 2000 - Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações (DGT); 1987 a 1993 - Técnica Superior do Tesouro a exercer funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos. Outras funções e atividades desenvolvidas 2004 a 2007 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário; 2004 - Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA; 2002 a 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA; 1999 a 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA; 1998 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos; 2002 a 2004 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projecto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência; 1998 a 2000 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projectos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação - Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, e posteriores alterações. Formação profissional especializada Curso "FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública" (Instituto Nacional de Administração), terminado em Dezembro de 2006. Curso "Formação de Formadores" (Instituto do Emprego e Formação Profissional), terminado em Abril de 2001.

5. Revisor Oficial de Contas

João Amaro Santos Cipriano

Revisor Oficial de Contas, inscrito na OROC com o n.º 631

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISE (actual ISEG) da UTL

Master em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pelo IDIA/UAL

Presidente da Comissão de Estágio da OROC



Membro da Comissão de Normalização Contabilística (2005 a 2012)

Docente Universitário

Ex-Inspector de Finanças da IGF